

2/12/2018

## Expetativas dos operadores de transporte: É para levar em consideração?

Recentemente, numa conferência sobre Mobilidade e Transportes, tive oportunidade de partilhar aquilo que é a minha visão sobre o que os operadores de transporte esperam do futuro, face à sua experiência, àquilo que se tem passado no setor nas últimas décadas, o que está feito e o muito que há ainda por fazer.

E refiro-me ao “futuro” exatamente para provocar um fosso com o passado, para assumir uma rutura com o que passou, de modo que seja possível construir algo de novo, sobretudo ao nível da organização institucional, da valorização do setor e da execução das medidas. Passo a explicar.

Quanto à organização institucional, passos já foram dados no caminho certo. Isto é, já houve uma clarificação legal sobre as novas autoridades de transporte (Lei 52/2015), mas mais importante, estão a ser criadas condições para o seu funcionamento e já há sinais de que o novo sistema institucional está dinâmico e a funcionar. Os operadores de transporte têm de se focar naquilo que sabem fazer – operar – e deixar de ter outras atribuições que historicamente têm vindo a assumir há demasiados anos a esta parte. Por outro lado, o Estado terá de se capacitar que a estratégia, o planeamento, a definição do serviço a instituir, bem como das obrigações de serviço público com ele relacionadas, terão de ser fixadas pelas novas autoridades de transporte.

Naturalmente que temos alguns pontos críticos. Em primeiro lugar, a mobilidade nas áreas metropolitanas de transporte. Trata-se de territórios com um grau de complexidade superior e com impactos estruturantes na mobilidade das pessoas e nas organizações das cidades. Mas é um caminho que tem de ser feito e que está a começar a ser percorrido. Outro ponto crítico é a regulação. É muito importante para o desenvolvimento sustentado do setor que se promova uma regulação forte e atuante. O processo de contratualização de serviços que se avizinha para os próximos anos exige uma AMT com capacidade efetiva de intervenção para garantir o cumprimento da Lei.

Passando para a valorização do setor, importa dizer que já é tempo de os temas da mobilidade das pessoas passarem a ser relevantes para os decisores políticos, de fazerem parte da reflexão estratégica sobre o ordenamento do território e a sustentabilidade das cidades. Nunca foi assim.

E a nossa expectativa é que, com as mudanças institucionais e a dinâmica que foi criada com estas alterações, aliada a uma consciência cada vez maior da importância e criticidade dos temas da mobilidade para a qualidade de vida das pessoas e o ambiente das cidades, possamos incluir estas temáticas na reflexão estratégica dos nossos políticos. Pensamos que o facto de se ter recentrado o foco na dimensão metropolitana e municipal/intermunicipal favorece a valorização que o setor precisa para definitivamente se tornar um tema estratégico para o país.

Finalmente as decisões, a execução das medidas. Este tema tem de ser assumido numa dupla perspetiva: por um lado, sendo nós um país com poucos recursos, as medidas a tomar têm de ser ajustadas e perfeitamente adequadas à nossa realidade e sobretudo às nossas possibilidades; por outro lado, importa não desfocar daquilo que realmente importa às pessoas, o que é verdadeiramente importante para se construir bons modelos de mobilidade.

Isto é, poupar recursos naquilo que não é crítico para as pessoas e para o sistema, e usar os meios necessários (embora com critério e rigor) para os aspetos decisivos e importantes.

Concretizando: as necessidades de mobilidade das populações centram-se fundamentalmente nas questões associadas à fiabilidade, frequência, intermodalidade e preço. A satisfação destas necessidades passa por introduzir, na maioria das vezes, medidas simples e pouco onerosas, mas muito eficazes, a saber, criar mais vias dedicadas para transportes públicos nos acessos aos (e dentro dos) centros urbanos; tornar mais caro e mais difícil o uso do espaço público por parte do transporte individual; criar sistemas tarifários que promovam o crescimento da procura, designadamente com a criação de tarifários sociais, e com uma lógica intermodal.

Em síntese, perceber o que as pessoas precisam para usarem mais (muito mais) o transporte público, e deixarmos de nos vangloriar com os recursos que deixamos de gastar nas políticas de mobilidade para os usar noutros setores, eventualmente “mais barulhentos” ou “mais incómodos”, politicamente falando.

*por Luís Cabaço Martins*

**Por:**

**Fonte:**